**O ESG COMO FERRAMENTA PARA UMA GESTÃO PÚBLICA EFICAZ**

Luiz Otávio Goi Junior\*

No ano de 1994, John Elkington, um dos papas da sustentabilidade, cunhou um termo de muita importância para a caminhada dos negócios sustentáveis que foi o “*Tripple bottom line*” ou o tripé da sustentabilidade, que é composto por *people* (pessoas), *profit* (lucro) e *planet* (planeta), demonstrando assim o sucesso dos negócios sustentáveis como produto advindo da visão igualitária desses três pilares.

Dez anos depois, Khofi Annan, secretário geral da ONU, incitou uma discussão aos maiores CEOs de bancos no mundo, onde foi firmado o documento chamado “*WHO CARES WINS*” (Quem se importa vence) sob a provocação principal de trazer ao centro das negociações financeiras três temáticas que seriam a base para garantir a sustentabilidade dos investimentos: a temática ambiental (*Environmental*), a temática social (S*ocial*) e a governança (*Governance*), surgindo então nesse momento o termo como conhecemos hoje por ESG.

Podemos perceber que essa evolução dos conceitos relacionados à sustentabilidade dos negócios vem se desenvolvendo pouco a pouco desde os anos 90. Diante dos desafios que vem surgindo no mundo empresarial, são desenvolvidas ferramentas de suporte para que as empresas possam desempenhar um melhor resultado e assim consigam estar conectadas às agendas mais atualizadas do mercado, mantendo sua competitividade e atendendo às demandas dos clientes das mais novas gerações, que tendem a questionar com mais frequência a origem dos produtos e serviços que consomem, observando, especialmente, aspectos ambientais e sociais.

No ambiente público, não é diferente. A busca pelas melhores práticas ambientais, sociais e de governança tem sido pauta constante nas áreas técnicas de gestão e, com isso, a necessidade de engajar tanto o cliente, que é o povo, quanto os colaboradores, que são os servidores, tem sido um grande desafio diante de períodos turbulentos de questionamento relacionado à integridade, responsabilidade e continuidade da gestão.

Nesse processo, a agenda ESG surge como diferencial para padronizar e estruturar essas boas práticas de governança tão esperadas pelos *stakeholders* das instituições públicas. O estabelecimento de políticas, metodologias e programas de gestão de riscos, que são a base do ESG, auxiliam a governança pública a desenvolver uma estratégia sólida que apoiará o desenvolvimento de um plano de governo estruturado e protegido, na medida da possibilidade do surgimento de prováveis problemas relacionados a questões ambientais, sociais e de governança, que não só dependem de regulação, mas também de programas de gestão que surjam como direcionadores, evitando mudanças de trajetória baseadas em ideologias políticas ou decisões unilaterais.

As agendas ESG são programas transversais, que devem ser disseminados por todas as partes das instituições públicas, tanto por meio da gestão estratégica, como também através do desenvolvimento de cultura e maturidade de gestão tática para que os organismos do governo tenham um processo de evolução que possa trazer à tona as melhores práticas do setor e, ainda, para que quando possíveis problemas ocorram, já estejam pré-estabelecidas formas de contê-los. Por mais que seja pensado por muitos que o ESG é uma solução para os desafios da gestão atual, essas agendas devem ser vistas como mais uma ferramenta para suportar a boa gestão, auxiliando as instituições a tornarem-se competitivas, mitigando riscos de impacto negativo em sua imagem ou de obstáculos relacionados à governança.

A implementação das agendas ESG nas instituições públicas poderá se tornar um avanço na visão de como o nosso país administra os seus recursos e, ainda, como se preocupa com as questões socioambientais sem abrir mão da eficiência. Uma instituição que tem o ESG implementado como cultura potencializa oportunidades de negócio com o mundo todo, tendo ao seu alcance as melhores opções de recursos e investimentos advindos de fundos internacionais que têm como foco reduzir seus juros em detrimento dos menores riscos ESG.

O ESG pode não solucionar os problemas da gestão pública, mas é uma ferramenta transversal que pode suportar tanto a modernização das políticas públicas e suas parcerias, como também auxiliar no aculturamento da escuta ativa dos *stakeholders*,trazendo maior eficiência e efetividade para o estado.

**\*Luiz Otávio Goi Junior**

É gerente coorporativo de SGI e Sustentabilidade na Vulcabras, empresa de bens de consumo e artigos esportivos. Como membro voluntário da Rede Governança Brasil (RGB), integra o Comitê de Desenvolvimento Sustentável e coordena o Comitê ESG Público.

Desenvolvedor de conteúdo voltado a cultura corporativa, sustentabilidade empresarial e ESG. Professor e facilitador de treinamentos e cursos para implementação de programas de gestão empresarial e sustentabilidade corporativa.

Responsável por sistemas integrados de gestão (Qualidade, Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Saúde Ocupacional e Responsabilidade Social) implementando projetos de sucesso em indústrias de autopeças, energia eólica e bens de consumo (calçados e têxteis).

Carreira solidificada através da implantação de sistemas de gestão sustentáveis através de ferramentas *Lean Manufacturing*, normas ISO aplicáveis, implantação da legislação vigente e formação de equipes de alta performance para lidar com complexidades.

Adaptação no desenvolvimento de estratégias para situações de crise, crescimento e manutenção.

Autor dos livros: Administrando sistemas, Gerindo processos e Engajando pessoas (2019) e Aprimorando sistemas, Otimizando processos e desenvolvendo pessoas (2020), que visam democratizar sistemas de gestão sob o entendimento de que o sucesso depende da avaliação simultânea de sistemas, processos de gestão e, principalmente, pessoas.

Colaborador com artigos para revistas técnicas e de administração sobre gestão, cultura corporativa, liderança, estratégia e melhoria contínua.

**E-mail:** Luizgoijraa@gmail.com